

O EMPREENDEDORISMO COMO PROJETO PARA O SOCIAL: EMPRESAS, INSTITUIÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO¹

ENTREPRENEURSHIP AS A SOCIAL PROJECT: COMPANIES, INSTITUTIONS AND INFORMATION TECHNOLOGY

Laura Senna Ferreira*

Introdução

Há uma convergência histórica entre o crescimento das tecnologias da informação, a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a gestão flexível e o empreendedorismo. Na lógica de um capitalismo global, flexível e em rede, as empresas, especialmente as vinculadas às tecnologias – e, dentro destas, as de Tecnologias da Informação – têm se destacado pela capacidade conexionista, pela necessidade de flexibilidade e pela expressão de valores, associados ao instantâneo e ao novo, que correspondem e que materializam

uma subjetividade pretendida, em torno da lógica de mercado. Por um lado, o neoliberalismo prima por reduzir garantias e direitos e fomenta o risco e a inovação; por outro, o Estado é percebido como responsável por desenvolver as institucionalidades necessárias ao desempenho da liberdade de ação econômica. Nesse contexto, no qual novas lógicas empresariais e de Estado são promovidas, igualmente se requer uma subjetividade que corresponda a tal universo de relações. O empresário é, há muito tempo, uma figura presente na vida econômica, cujo *status* não se generalizou, como modelo de

1 Esta pesquisa contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic/CNPq).

* Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: laurasennafe@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4564-1971>.



conduta; agora, o diferencial da era neoliberal é o de que o empreendedor é apresentado como um modelo de vida para todos. Isso se traduz em uma nova forma de subjetivação, baseada num tipo específico de sujeito.

Dessa maneira, com o empreendedorismo como subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016a), a empresa – espaço de ação econômica criadora e inovadora (SCHUMPETER, 1982) – torna-se modelo de conduta para todos: estudantes, empreendedores e trabalhadores. A respeito dos últimos, fortalece-se, mais recentemente, a noção de intraempreendedorismo (FILION, 2004), que tem, como referência, a atuação no interior das organizações.

Na compreensão da trajetória do empreendedorismo, alguns nomes emergem, como marcos. São os casos de Richard Cantillon (2002), ao colocar a incerteza como central na ação econômica, de Jean-Baptiste Say (1983), ao associar o agente racional ao impulso de maximização de lucros, e, no período mais recente, Schumpeter (1982), um dos nomes mais referidos.

Para Schumpeter (1982), a ação empresarial relevante é aquela, associada ao novo, ao desconhecido, capaz de identificar oportunidades e de tirar vantagens de novidades. Aquele que inova na ação econômica cria, além de novos serviços e produtos, formas inéditas de ação, tensionando o estabelecido, a partir de invenções e de atitudes inovadoras. O empreendedor cria novas combinações e, desse modo, desequilibra o fluxo das coisas, promovendo uma destruição criadora, capaz de inovar, efetivamente. Para o autor, um negócio nem sempre é inovador/empreendedor, pois, para sê-lo, não demanda apenas a abertura de uma empresa, mas também a promoção de mudanças criativas capazes de impulsionar o desenvolvimento.

Destaca-se que Schumpeter é referência em todo debate sobre ideias associadas ao

empreendedorismo, mas não é exatamente dele a versão generalizadora mais recente da figura do empreendedor. Para as perspectivas que defendem uma versão mais extensa e abrangente, o empreendedorismo deve ser modelo de conduta para a coletividade a ser ensinado, desde o princípio da socialização dos indivíduos (DOLABELA, 1999), e tem relação, na perspectiva do economista austro-americano Friedrich Hayek (2013), com um princípio de conduta potencialmente universal: “Que cada indivíduo seja empreendedor por si mesmo e dele mesmo, essa é a grande inflexão que a corrente austro-americana e o discurso gerencial neoschumpeteriano darão à figura do homem econômico” (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 155).

A construção do lugar do empreendedor como modelo passa por uma verdadeira orquestração, que vai da mídia, da publicidade, do entretenimento, da escola, até a construção de espaços institucionais, com capacidade de influenciar as políticas públicas, de definir os rumos dos recursos tributários e, com isso, de consolidar determinados perfis humano e de sociedade. Quando isto acontece, sem projetos antagônicos, que se coloquem à altura de concorrer com esse cânone, então se estabelece uma *doxa*, quer dizer, uma versão de mundo incontestável. É sobre tais questões de fundo que este artigo trata.

A parte empírica deste estudo se baseou em uma pesquisa qualitativa sobre o empreendedorismo, realizada na cidade de Santa Maria, ao longo dos anos 2016 e 2018, associado ao setor de Tecnologia da Informação. Além da pesquisa documental e da observação direta, foram realizadas 38 entrevistas: 13 com instituições da cidade, que fomentam o segmento; 7 com empreendedores; 16 com trabalhadores; e 2 com gestores. Para este artigo, foram considerados documentos, bem

como entrevistas realizadas junto a gestores, a empresários e a membros de instituições representativas, associadas ao empreendedorismo e à área da TI (Tecnologia da Informação).

Com os objetivos de compreender a relação entre Tecnologia da Informação, empreendedorismo e desenvolvimento, e de entender como uma determinada visão de mundo e de projeto para o social se fortalecem, no âmbito do território, o presente artigo aborda os seguintes aspectos: 1) reflexão teórica sobre a construção simbólica do empreendedorismo, como ação econômica, como visão de mundo e como projeto social; 2) apresentação do perfil dos empreendedores da TI entrevistados; e 3) indicação sobre as cenas empresarial e institucional, que representam o fomento e o apoio ao empreendedorismo na cidade.

A partir dessas questões, o artigo reflete sobre a articulação e sobre a tensão entre as forças sociais na promoção de um determinado modelo de desenvolvimento para a região, bem como sobre o modo de imposição desse modelo, como versão que reforça a via do empreendedorismo.

1. Da teoria: lutas simbólicas e políticas pelas classificações sociais

Nas últimas décadas, o mote da ética dos negócios tem destacado os princípios democráticos, e também a autonomia e a liberdade, quer dizer, valores que oferecem justificção para o engajamento com o capitalismo contemporâneo, posto que remetem às ideias de bem comum e de justiça social associadas às noções de crescimento e de desenvolvimento (BOLTANSKI; CHIAPELLO; 2009). As justificções incluem conjuntos de crenças e valores que contribuem para produzir disposições e para sustentar e legitimar

determinada ordem social. O capitalismo obtém adesão, sobrevive e se expande, porque se apoia em representações e em “justificções compartilhadas, que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

No atual momento histórico, o mundo dos negócios incorporou parte das críticas anticapitalistas, alterando os léxicos gramaticais das organizações, resultando que, “frequentemente, na denúncia e na justificção daquilo que é denunciado, empregam-se os mesmos paradigmas” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 53). Tal fenômeno se expressa de modo mais nítido na perspectiva de “cidade por projetos”. A noção de “cidade” é empregada por Boltanski e Chiapello para referir os diferentes regimes de justificção, que historicamente constroem os pontos normativos de legitimidade da ordem social. O mais recente “espírito do capitalismo”, que vem se constituindo, desde 1970, traduz-se no modelo analítico de “cidade por projetos”, o qual diz respeito ao imperativo de um mundo mais flexível, de redes e conexões: um espaço de liberdade, de autonomia e de oportunidades. Nesse universo, as pessoas se engajam às equipes e aderem aos projetos.

Observa-se que a justificção que legitima a cidade por projeto inclui, na sua gramática, as críticas aos modelos organizativos anteriores, compreendidos como hierárquicos, centralizadores, opressivos e autoritários. O novo regime normativo se apresenta de modo diferente: as pessoas se envolvem, porque estão entusiasmadas com os projetos, e entre as virtudes valorizadas estão a capacidade de estar à vontade frente aos riscos, a mobilidade, a adaptabilidade, a polivalência, a liderança e os potenciais para inovar e aproveitar oportunidades.

Para Dardot e Laval (2016b), o atual mundo

da empresa lança mão de um vocabulário, que se refere cada vez mais às características subjetivas e gerais das pessoas, produzindo uma nova racionalidade e uma nova subjetividade. O neoliberalismo emerge como racionalidade administrativa, que passa a ser modelo de relação social transferível a todas as atividades, ultrapassando a empresa e se transformando numa norma de subjetividade, constituindo as condutas dos indivíduos, para que tenham melhor desempenho. Desse modo, colonizam-se novos territórios, e o social e o político acabam submetidos à lógica neoliberal. Os indivíduos, pressionados pelos mercados concorrenciais, passam a ter suas vidas reguladas por uma “disciplina contábil” (DARDOT; LAVAL, 2016b, p.10), resultando em uma “subjetividade contábil” (voltada a quantificar, pontuar), mobilizada pela “gestão de desempenho”, com base na lógica da concorrência, que supostamente torna os indivíduos mais eficientes e mais ativos. Impulsionado por esta subjetividade, o indivíduo é forçado a vigiar a si mesmo, a gerenciar a si próprio, para maximizar os próprios ganhos e para controlar a “própria exaustão” (DARDOT; LAVAL, 2016b, p.12).

A empresa e a racionalidade da competitividade, o cálculo, a eficácia, o desempenho e o rendimento se tornam valores sociais, numa “nova razão do mundo”, que engloba todas as dimensões do ser humano, fazendo do neoliberalismo um sistema normativo (DARDOT; LAVAL, 2016a), no qual o mundo da empresa se transforma em espaço de construção de sentido, e o empreendedor, apesar do espírito competitivo, é visto como responsável por resolver os problemas sociais. O ideal da alta performance (o “sujeito competitivo”), a vida vista como uma empresa, o indivíduo como empreendedor de si mesmo e o imperativo de ser bem-sucedido se tornam parâmetros dessa nova racionalidade.

Tais demandas e características aparecem como algo neutro e apolítico e é justamente nesta suposta neutralidade que se encontra a eficiência desses construtos sociais na atualidade. Na lógica do capitalismo flexível e conexcionista, os valores do empreendedorismo encontram campos férteis na economia – com o neoliberalismo; e no trabalho – com as concepções de flexibilidade. Em relação ao trabalhador não ser empregado e ser dono do próprio tempo, o “autoemprego” passou a guardar características próximas das virtudes atribuídas ao empreendedorismo, como a aventura, o risco e a autonomia sobre o tempo. Os direitos do trabalho acabaram sendo associados à rigidez e à limitação, enquanto a possibilidade de empreender, conectada à independência no uso do próprio tempo, mesmo que isto signifique dedicar a maior parte da vida à atividade produtiva, repousa sobre as concepções de autonomia e de produtividade eficientes, cujos melhores retornos vêm, afinal, para os que mais se empenham. Tal concepção significa uma das vias de encontro dos trabalhadores com a ideologia do empreendedorismo.

A ideologia do empreendedorismo – forma de perceber, de compreender e de classificar o mundo – é veiculada, por meio de instituições, de literaturas, de eventos, de escolas e de outras sociabilidades, e propõe uma forma de ser:

[...] pode ser empreendedor em qualquer atividade... pode ser empreendedor sendo músico, poeta, funcionário público, político, etc. Então, dentro da Pedagogia Empreendedora, a atividade empreendedora torna-se universal. A empresa passou a ser uma das múltiplas formas de ser empreendedor. (DOLABELA, 2004, p.128).

Bourdieu (1990) se volta à compreensão das formas de lutas, que são travadas e que

permitem que determinada versão do mundo social se torne hegemônica. No caso das lutas simbólicas, compreende que esta forma de luta pode ocorrer, através de ações e de representações, para fazer valer determinada realidade. Também pode ser uma luta, para tentar:

[...] mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo. (BOURDIEU, 1990, p. 162)

As condições de exercício do poder simbólico são: 1) a posse de um capital simbólico; e 2) “a eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade. O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras” (BOURDIEU, 1990, p. 166). Essas lutas simbólicas são relativamente autônomas, mas, em decorrência das conexões com os capitais econômico e político, “as relações de força tendem a reproduzir e a reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social” (BOURDIEU, 1990, p. 163). A legitimação da ordem social não é mero resultado de propaganda ou imposição simbólica, “ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e de apreciação, que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem, por isso, a perceber o mundo como evidente” (BOURDIEU, 1990, p. 163).

[...] as relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomenclatura legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas

lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido. (BOURDIEU, 1990, p. 163)

As visões de mundo também compõem a construção deste mundo. O mundo familiar, em razão das disposições perceptivas, tende a ser apreendido, “segundo uma modalidade *dóxia* ... os agentes... tendem a perceber o mundo como evidente e a aceitá-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar” (BOURDIEU, 1990, p. 158).

Os esquemas de percepção e de apreciação e os atos simbólicos de nomeação integram as lutas simbólicas, que procuram fazer valer determinada realidade. O poder simbólico, como poder criador de representação, diz respeito à “vontade de transformar o mundo transformando as palavras para o nomear, ao produzir novas categorias de percepção e de apreciação... nova visão das divisões” (BOURDIEU, 2005, p. 238). A proclamação profética feita pela nomeação busca um efeito de generalização/universalização e representa uma dominação simbólica, legitimadora da ordem social vigente. Todavia, como sublinha Bourdieu (2005, p. 243), “é próprio da eficácia simbólica... não poder exercer-se senão com a cumplicidade – tanto mais certa quanto mais inconsciente... daqueles que a suportam”.

Contudo, “na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtêm um monopólio absoluto... sempre existem, numa sociedade, conflitos entre poderes simbólicos” (BOURDIEU, 1990, p. 165). A luta das classificações é parte dos conflitos entre os grupos sociais: “O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade”

(BOURDIEU, 1990, p. 167). O poder simbólico, assim como as ideologias (MÉSZÁROS, 2014), têm capacidade de funcionar como meio e como método de mobilização dos indivíduos.

Bosi (2010) considera os debates sobre o desenvolvimento como um dos campos mais privilegiados na análise da relação entre ideologia e economia, de modo a compreender a relação entre determinados poderes de classificar, de definir e de agir, que potencializam a mobilização de modelos de crescimento e de prosperidade.

Na discussão mais recente sobre desenvolvimento, parte dos sociólogos se propõe a pensar esta noção, associada ao tema da democracia, compreendendo que “a chave para a reconciliação do crescimento econômico com o desenvolvimento social reside no campo da política” (SACHS, 2001, p. 161). Nesse sentido, o desenvolvimento precisa ser um tema de todos, quer dizer, pertence ao âmbito da política democrática e não aos tecnocratas democráticos (SACHS, 2001). Nesse horizonte, “o importante para o estudo do desenvolvimento não é a ideia abstrata de mercado como mecanismo de formação dos preços, mas como processo histórico, que reflete poder, estruturas, convicções, normas e controles sociais” (ABRAMOVAY, 2001, p. 172).

Para Sunkel (2001, p. 270), “o ideal de um Estado mínimo e de um mercado máximo, assim como a identificação da globalização e do neoliberalismo com modernização, progresso e desenvolvimento, é uma armadilha ideológica perigosa: impede de ver a realidade e de agir nela”. Dessa maneira, engendrar o desenvolvimento, de modo democrático, inclui conceber o território como espaço econômico, político e simbólico de muitas forças em conflito (COSTA, 2016). Ao incluir diferentes atores na tomada de decisões, os

territórios ampliam as chances de apropriação dos benefícios do desenvolvimento para os diferentes segmentos sociais na articulação entre local e global (RAMALHO, 2005).

Nas últimas décadas, verifica-se uma nova oscilação para a liberdade econômica na economia mundial capitalista, quer dizer, o “ressurgimento, na década de 1980, de crenças, antes ultrapassadas, nos mercados livres e no individualismo” (ARRIGHI, 2013, p. 340). Nesse contexto, ressurgem, na década de 1980, as convicções nos mercados autorregulados típicas do século XIX, assim como ocorre “a redescoberta contemporânea das virtudes das pequenas empresas pelos teóricos da ‘especialização flexível’ e da ‘informalização’” (ARRIGHI, 2013, p. 340).

Dessa maneira, vinculam-se as diferentes variáveis, aparentemente desconexas: empreendedorismo, desenvolvimento, neoliberalismo e flexibilidade. A experiência, no âmbito dos territórios, coloca-se como espaço privilegiado para a compreensão da articulação desses diferentes aspectos e indica o sentido do empreendedorismo, como categoria classificatória, que procura traduzir toda a experiência humana criativa e inovadora nos seus próprios termos.

2. Os empreendedores e as empresas de TI: gestão flexível

O presente estudo, com base sobretudo na área de TI da cidade de Santa Maria, permitiu compreender aspectos relacionados às motivações e ao perfil dos empreendedores e às trajetórias, à organização e às estratégias de atuação das empresas, bem como compreender a perspectiva de empreendedorismo dos interlocutores. As entrevistas realizadas com os empreendedores, ao longo da pesquisa, foram acompanhadas de posterior questionário, pelo qual se levantaram os aspectos indicados no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 - Empreendedores e empresas de TI

Principais atividades praticadas nos estabelecimentos	Desenvolvimento de software; venda e assistência técnica de softwares e de equipamentos; venda de softwares com garantia de manutenção e de suporte; soluções em hardware (equipamentos) e em software (operacional); desenvolvimento de sistemas; plataformas de venda; elaboração de projetos digitais (sites, aplicativos, plataformas); e criação de marketing em rede e de <i>designs</i> para empresas
Faixa etária	A grande maioria está na faixa dos 30 anos
Escolaridade	Apenas um entrevistado não tem ensino superior (tem o nível médio)
Instituições nas quais cursaram o ensino superior	UFSM, UNIFRA, PUC-RS
Cursos realizados	Ciências da Computação; Engenharia da Computação; Sistemas de Informação; Administração; Engenharia Mecatrônica; e Publicidade
Estado civil	A grande maioria é de homens solteiros
Naturalidade	Apenas um dos entrevistados é natural de Santa Maria
Atual ocupação	Sócio; diretor comercial (sócio-proprietário); gerente de projetos; diretor/CEO; diretor executivo; sócio-diretor/empreendedor; gerente administrativo
Tempo na atual ocupação	1 a 2 anos: 3 3 a 4 anos: 1 5 a 10 anos: 5
Tempo de existência da empresa	0 a 1 ano: 1 2 a 3 anos: 0 4 a 5 anos: 1 6 a 10 anos: 3 mais de 10 anos: 2
Número de funcionários da empresa	1 a 2: 2 3 a 4: 1 5 a 10: 2 11 a 20: 2 21 a 30: 1
Faixa de rendimento do entrevistado	3 a 5 salários: 4 mais de 5 salários: 1 e alguns não responderam

*Alguns interlocutores responderam apenas parcialmente aos questionários.

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários da pesquisa.

Nas entrevistas, foi indagado sobre a experiência dos empreendedores com suas empresas, de modo que se soube que algumas delas tiveram início nas incubadoras da UFSM e da UNIFRA (Centro Universitário Franciscano)

e se observou uma dedicação quase integral a esses pequenos e médios negócios. Igualmente, ficou nítido que, quando os entrevistados não estão na empresa, muitas vezes estão se aperfeiçoando, participando

de fóruns e fazendo leituras sobre liderança: “sobre aprimorar meu conhecimento nas áreas de venda e de negociação, em influenciar pessoas, em gerenciar pessoas, equipes e equipes de projetos” (empreendedor C.A., 2018)². Esse foco no empenho pela empresa também está associado ao “gosto” pela atividade: “[...] gosto muito! Domingo, assim, se eu não tô fazendo alguma coisa a mais, eu tô lendo, tô estudando, tô vendo vídeo... pra mim, muitas vezes, é um lazer, também” (empreendedor L.E., 2017). Um deles afirma que, mesmo quando assiste a séries de televisão, são “[...] séries que tenham a ver com empreendedorismo” (empreendedor L.E., 2017). De acordo com um dos entrevistados, depois de que abriu a empresa, não teve mais férias, de fato. Certa vez, estava na praia e teve que ir tratar de negócios: “a gente não é preocupado com isso, a gente gosta do que a gente faz, adora o que a gente faz e ... está lá, mas está pensando aqui” (empreendedor N.A., 2018).

Ao serem indagados sobre os processos de gestão das empresas, os entrevistados destacaram as maneiras como estipulam prazos nos contratos e que alocam os membros para cada projeto, a partir das necessidades das empresas contratantes. As reuniões, nesses casos, costumam ser semanais e se estabelecem canais de comunicação com os clientes. De modo geral, faz-se uma divisão de tarefas no que toca ao desenvolvimento à parte comercial de vendas, ao atendimento ao cliente, à manutenção e ao suporte. Todos os interlocutores enfatizam a importância de que toda a equipe participe da maior parte das atividades e que possa dar opinião. Indica-se que a proatividade dos funcionários é decisiva, porque, na dinâmica do dia a dia,

cada um deve saber o que fazer, sem que as tarefas precisem ser atribuídas.

A ideia de uma gestão baseada na flexibilidade do horário, também é destacada como ponto forte no segmento de TI:

[...] área de TI agora é muito aberta, ou seja, os horários não estão regradados, o funcionário nosso não precisa chegar às 8h, ficar até ao meio dia, entrar às 14 e sair às 18... são horários bastantes livres. Claro, ele não vai fazer muita bagunça nos horários, mas vai atrasar ou adiantar, é bem tranquilo, trabalhar em casa é algo que também possa ser relevante pra aprender a mais ou ter uma facilidade a mais na parte financeira. (empreendedor F.A., 2018)

Os proprietários das empresas evitam de se colocar como chefes, investem na amizade e afirmam que procuram ampliar a liberdade dos funcionários. Sobre as exigências de formação e sobre a jornada do trabalho, associadas às práticas de gestão da empresa, afirma-se:

[...] Tô nem aí pra formação. Não dou bola, não dou a menor bola. A pessoa sendo boa, tendo caráter e querendo evoluir, crescer, claro, tem que ter um pouquinho de talento, mas o talento a gente molda na raça. Caráter, não. Entendeu? Prefiro contratar boas pessoas e se tornarem bons profissionais do que o contrário. Isso é uma prática lá dentro. E dou oportunidade pra todo mundo crescer. Também o pessoal sabe que, se chega uma ideia, e é uma ideia que traz um benefício pra agência, essa pessoa vai ser recompensada. O clima de trabalho é super bom, os meus funcionários se quiserem trabalhar de casa, às vezes, ou se quiserem, sei lá reorganizar o horário de trabalho pra mim é super de boa. E eles têm uma responsabilidade que é não deixar o cliente na mão e entregar as demandas, mas eles também têm liberdade pra saber quando eles podem fazer isso. Então, eu dou liberdade, mas eu exijo responsabilidade. Só isso. Tanto é que nem tem ponto lá na

2 Os entrevistados serão identificados pelas iniciais dos nomes.

empresa. Nem cobro, faz 3 anos que eu não cobro, nunca tive problema nenhum, tenho funcionários em home office contratados CLT e também nunca tive problema, são os meus melhores funcionários... Eu quero crescer, ser muito maior, eles sabem que eles precisam dar uma contrapartida pra crescer também. (empreendedor L.E., 2018)

Os temas da flexibilidade da jornada e da liberdade são recorrentes, ao indicar que a empresa é atualizada naquilo que tem de mais avançado, em termos de gestão, e que, em razão disso, permite que os trabalhadores tenham seus projetos pessoais:

As pessoas aqui são bem livres pra apresentarem ideias e conseguir colocar em prática na empresa... Aqui as pessoas podem chegar a hora que elas querem, elas podem sair a hora que elas querem, então elas podem trabalhar em projetos pessoais... Pô, aqui a [nome da funcionária] tá trabalhando, mas ela também faz o mestrado dela, então se ela tem aula, ela sai, ela faz. Então ela empreende pra vida dela. Pô, trabalha aqui, ela faz isso, faz aquilo, e consegue conjugar várias tarefas. (gestor L.I., 2018)

A busca por novidades nas dinâmicas da gestão e do produto é constante no campo da TI. Sobre esta questão, um dos empreendedores declara que aproveita para mudar processos, quando entra alguém novo na empresa, porque, desse jeito, a resistência é menor, e que é “obrigação” dos funcionários criar algo novo, dar dicas, opinar, conhecer os processos e trabalhar de modo compartilhado (empreendedor L.E., 2018). Para isso, priorizam-se a relação horizontal e a comunicação direta, impedindo que haja hierarquia entre estagiários, celetista e sócios da empresa, de modo que todos fiquem à vontade, para dar feedbacks. Nesse sentido, as reuniões são periódicas e buscam favorecer os fluxos de informação e de opiniões e os processos decisórios democráticos.

De modo geral, essas empresas têm divisões entre setores de desenvolvimento (software), de suporte (atendimento e treinamento de quem vai usar o software), de administração e de finanças.

As empresas de TI compreendem que o ambiente de trabalho precisa ser inovador e favorecer a convivência, de modo a proporcionar a criação e a cativar o empregado, pois as empresas disputam os bons funcionários:

Tem que ser divertido o negócio, tem que ser animado, não dá mais pra ser aquele padrão... construir um ambiente para convivência. Colocar mesa de sinuca, TV com videogame e Netflix... Tem que ter toda essa dinâmica pras pessoas gostarem de trabalhar aqui, porque, se não, até na disputa pelas pessoas da área de tecnologia, tu perde rápido. Uma pessoa que tá aqui, daqui a pouco uma empresa aqui do lado já... “Ah, é mais legal de trabalhar. Não é só pelo salário, mas ali é muito legal, ali me deixam chegar a hora que eu quero, então eu vou pra lá, eu quero de noite jogar videogame e vou chegar só de meio-dia na empresa”. Então tá, essa característica é bem, bem forte. (gestor L.I., 2018)

Em relação aos salários, não se observou uma preocupação da gestão flexível com estratégias inovadoras, ao passo que as referências são mais no sentido negativo:

[...] as pessoas querem ganhar muito sem ter muito conhecimento... As pessoas não querem ser remuneradas inferiormente ou pouco. Só que não é o dinheiro que importa: eu trabalhava de graça durante muito tempo em associação sem ganhar um real, só pra me desenvolver. Eu acho que falta um pouco dessa proatividade, sabe? Acho que esse é o teu ganho. (empreendedor N.A., 2018)

Sobre a questão salarial, um dos entrevistados indica o que compreende como uma necessidade, em termos de flexibilização do trabalho:

Se tivesse um pouquinho menos de imposto

que a gente pudesse pagar, e um pouquinho mais de flexibilidade pra gente trabalhar como funcionário da forma que a gente quer, talvez fosse um pouco melhor. É que, às vezes, por exemplo hoje, o governo não deixa eu contratar um estudante... pra aprender na minha empresa sem ser por estágio. Então, por exemplo, a irmã de um funcionário meu tem 18 anos, eu gostaria de contratar ela, mas eu não consigo pagar um salário mínimo que é 980 reais. Eu gostaria de pagar 2 pessoas, R\$400,00 pra fazer trabalhos menores na empresa, não posso? Isso é proibido. Então eu tô deixando de empregar 2 pessoas porque o governo me diz que se eu contratar eu vou ter que contratar 1 por R\$900,00 mais os encargos trabalhistas, mais um monte de coisa que se torna muito caro pro empresário. Não é caro de “ah, não quero pagar” é caro de não ter dinheiro pra pagar. Mas talvez uma pessoa por R\$400,00 pra resolver um trabalho que talvez não seja tão valoroso assim, mas que ele possa entrar ali, aprender e tá ali no meio, né? O Estado não me ajuda a fazer. Então isso acaba impedindo as empresas de crescer... Às vezes prefere, acaba incorrendo ilegalidade pra tu poder ter a empresa do jeito que tu quer. Por isso que existe muito a pessoa que recebe por fora, que faz freela, porque se tu for seguir à risca isso se torna caríssimo e ele não consegue competir com empresas grandes ou com empresas lá de fora. (empreendedor L.E., 2017)

Em relação à importância da empresa e de seu papel social, destaca-se que esse é o espaço da inovação e das comodidades e, por conseguinte, da origem de toda a riqueza. Igualmente, entende-se que a geração de emprego e de produtos permitem comodidades, e que as soluções das empresas possibilitam uma contribuição social em si: “[...] a gente consegue disponibilizar experiências de vida... oportunidade... isso é disponibilizar qualidade de vida ‘pras’ pessoas através da tecnologia” (empreendedor N.A., 2018).

O formato das empresas de tecnologia – muitas delas, *startups* ou pequenos e médios empreendimentos – é associado,

em si mesmo, à flexibilidade e à inovação. Por esta via, articulam-se variáveis, como empreendedorismo, flexibilidade e desenvolvimento, com ênfase no papel da empresa para a coletividade.

De modo geral, as empresas ligadas a atividades informatizadas, desenvolvem processo de trabalho que se vincula à produção de signos (algoritmos), e vendem, tanto o software quanto o serviço (atualizações, suporte técnico, manutenção). Trata-se de uma atividade na qual o intelecto do trabalhador é fundamental, e é em razão disso que se borram os padrões de jornadas de trabalho:

Como trabalho criativo, os trabalhadores de *software* utilizam seu conhecimento para produzir programas, aplicativos e jogos, os quais, por sua vez, lhes criam problemas, no sentido de ser um trabalho sem fim, no qual jornadas se borram, e a vida pessoal é colonizada pelo trabalho: trabalha-se o tempo todo, mesmo quando se acha que se trata de uma diversão, ao jogar ou experimentar *apps*, *softwares* novos etc. Mesmo dominando os processos, o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho, e o mercado determina seu preço. Há maior autonomia em algumas das atividades, sem dúvida, mas o trabalhador continua subordinado. (LIMA; BRIDI, 2019, p. 338)

Na semântica das narrativas da lógica projetista, observa-se a presença frequente das expressões: equipes, projetos, autodidatismo, conta própria, flexibilidade, competências (e a busca constante de novas qualificações), mudança contínua de empregadores, procura por novos projetos, autocontrole, envolvimento pessoal, bem como a construção da “representação do trabalho como a atividade mais interessante da vida, o que redundava no consentimento com as constantes prolongações das jornadas” (LEITE, 2018, p. 9).

Sobretudo no caso do trabalho com

software, trata-se de uma atividade imaterial, cognitiva – trabalho criativo –, que requer conhecimento, intelecto, “trabalho vivo”, envolvimento geral e espírito colaborativo do trabalhador, para o que contribuem as ideias de que o trabalho é envolvente e de que é a parte interessante da vida, constituindo identidade. As atuais formas de gestão são fluídas, como as empresas, e enfatizam as noções de empregabilidade e de empreendedorismo, por isso a boa gestão é aquela que favorece a que os trabalhadores invistam em seus próprios projetos. A demanda é por mobilizar saberes adquiridos fora e dentro da empresa, com a conjunção de saber fazer (técnica), de ser (personalidade) e de agir (ação, perante imprevistos) (MÍGUEZ, 2018). Nas organizações menos hierárquicas – uma dimensão que os interlocutores reforçaram fortemente – destacam-se as seguintes características: circulação de conhecimento; chefe não dá ordens; horário flexível; alta rotatividade; salários, conforme critérios subjetivos do empregador; prática de subcontratação; autodidatas (qualificação formal não é condição para inserção no mercado); questão sindical incipiente (fica-se entre o sindicato ou a associação profissional); não há a necessidade de trabalhar num local fixo (MÍGUEZ, 2018); e o controle é feito por metas e por Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). As TIC possibilitam o teletrabalho:

O fato de os trabalhadores não se desligarem do trabalho é possibilitado pelas atuais tecnologias (celular, *notebook* e internet) que não funcionam somente como instrumentos de trabalho e meios de comunicação, mas também como formas de monitoramento eletrônico... novas formas de controle. (RODRIGUES; MOTIM, 2018, p. 153)

As novas formas de constrangimentos se

deslocam da figura empresarial para a do cliente; no espírito da empresa flexível (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) é a demanda do cliente que impõe o ritmo, pois, como indicado no relato acima, não se pode “*deixar o cliente na mão*”. As empresas de TI já se constituem como flexíveis e se destacam pelo funcionamento na lógica dos projetos e seus profissionais, pela busca por empregabilidade, resultando em constante mudanças de uma empresa para outra, buscando uma melhor posição na rede: movimentar-se, em si, é visto como positivo, por não ceder à estabilidade e por associar trabalho às virtudes positivas do risco, da aventura, do desafio e da liberdade. As empresas mais atualizadas são aquelas que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento do trabalhador, mesmo que isso signifique pagar muito pouco, como mencionado nos relatos anteriores.

Nesses excertos, observa-se a presença dos elementos narrativos da gramática do “gerenciamento por projeto” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) quando a polivalência, a flexibilidade das jornadas e a liderança de cada um passam a ser consideradas centrais para o andamento dos negócios. Do ponto de vista das classificações, as hierarquias se desfazem e dão lugar a uma dinâmica mais horizontalizada, na qual as equipes possuem líderes carismáticos, amigos do time, e não chefes controladores e autoritários. São eles que estimulam o fluxo e a troca de informações e oportunizam a participação nos projetos da empresa, a partir dos quais cada indivíduo pode ampliar a própria empregabilidade, conforme se justifica na lógica da “cidade por projetos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

É deste modo que se permite que cada um possa exercer seu lado criativo, oportunizando o “intraempreendedorismo” (FILION, 2004). O fragmento que menciona que

todos têm “obrigação de criar algo novo”, aponta para o imperativo da mudança contínua e para uma conexão entre inovação e crescimento da empresa (SCHUMPETER, 1982). Compreende-se que os funcionários sabem que precisam “entregar a demanda do cliente” e, desse modo, no lugar de um controle externo, a gestão espera que ocorra um processo de internalização/subjetivação da racionalidade produtiva (DARDOT; LAVAL, 2016).

O tratamento da empresa como uma “casa” (ter TV, Netflix, videogame, etc.) faz parte da representação da empresa como uma comunidade. O “gostar” de estar no espaço laboral se torna fundamental para o engajamento. Nesse apreço pela empresa, não se destaca a questão salarial. Mas esse não é o foco, uma vez que a gestão espera que o apreço ocorra em razão das dinâmicas gestoriais (flexibilidade nos horários, ambiente acolhedor, etc.) e da oportunidade de aprender, relativamente a benefícios e a reconhecimentos salariais.

Para os interlocutores, o empreendedor e a empresa são os agentes centrais do bem-estar social, uma vez que inovam e, dessa maneira, criam condições para melhorar o padrão e a qualidade de vida da coletividade, completando o repertório do regime de justificações mobilizado pelo campo empresarial na atualidade. Na perspectiva de Bourdieu (1990), este campo constrói sua força, em grande medida, no campo das lutas simbólicas, definindo os sentidos do mundo, construindo a realidade, deixando de ser percebido como arbitrário e sendo hábil em fazer triunfar seus próprios interesses.

3. Instituições, políticas públicas, valores empresariais e a promoção do projeto empreendedor

Na cidade de Santa Maria (RS), o fomento ao empreendedorismo, passando pelo incentivo ao segmento de tecnologia, envolve empresas e outras instituições que se propõem a articular campo educacional, empresa e cidade em torno dos propósitos dos desenvolvimentos econômico e social. Tais aspectos são decisivos para a compreensão do ambiente de atuação das empresas do campo da TI na cidade. Igualmente, destaca-se que as expectativas e representações, em termos de postura empreendedora, têm nos empreendedores da área da TI agentes privilegiados, que idealmente portam as características esperadas dos empresários mais atualizados com as novas racionalidades empresariais.

Com a finalidade de fomentar o empreendedorismo, foi criada, em 2011, a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM), que reúne várias entidades voltadas a promover o desenvolvimento da cidade. Esse instituto está orientado a organizar os ecossistemas do empreendedorismo e da inovação, e a coordenar o movimento *A Santa Maria que Queremos*. Em 2012, o governo do estado lançou um edital para a organização de Arranjos Produtivos Locais (APL). A ADESM encaminhou projetos e aprovou o APL CentroSoftware e vem trabalhando na perspectiva de tornar Santa Maria uma referência para empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesse sentido, destaca-se o grupo de trabalho *Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, do qual participam voluntários da comunidade. A “missão da ADESM” inclui o Comitê de Empreendedorismo e se volta a disseminar as culturas de empreender e de inovar.

[...] *o trabalho vem desde a base, né?* Discussões com a Secretaria Municipal de Educação, pra que o empreendedorismo seja trabalhado desde o ensino básico dentro das escolas municipais, depois as Universidades com disciplinas de empreendedorismo, mais extensão pros acadêmicos ir a campo, realmente ver como é que é uma realidade, principalmente empresarial, instituir empresas juniores ... ampliação de vagas de incubadora tecnológica, combinando também com o Santa Maria Tecnoparque, para que lá, realmente, seja um ambiente onde a inovação esteja impregnada naqueles corredores – essa energia forte, né, entre todos. (representante da ADESM, 2018)

Outro objetivo é o de que “os acadêmicos aqui formados possam ter oportunidades de aqui empreender ou trabalhar, seguir suas carreiras em Santa Maria” (representante da ADESM, 2018), enquanto o propósito geral da Agência é o de favorecer o desenvolvimento da chamada tríplice hélice de articulação – com poder público, universidades e empresas trabalhando juntos.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Santa Maria se coloca como parte desse arranjo e como espaço voltado ao desenvolvimento da cidade, procurando uma maior equidade social. Conforme representante da Secretaria, as alterações nos códigos tributários, voltadas a favorecer as empresas que estão começando – decorrentes da Lei de incentivo ao empreendedorismo e à inovação (Lei nº 5.306, de 04 de maio de 2010) –, são uma das formas de beneficiar às iniciativas dos empreendedores locais.

Entre as instâncias pensadas para o fomento ao empreendedorismo como caminho para o desenvolvimento, destaca-se a Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFSM (AGITTEC), concebida sobretudo para promover inovação e empreendedorismo na UFSM e na cidade. Trata-se de uma unidade, dentro da universidade, ligada ao gabinete do reitor, que tem

a finalidade de atender a três segmentos: propriedade intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo. Ela é vinculada à coordenadoria de empreendedorismo e abriga a Pulsar, a incubadora tecnológica institucional. A AGITTEC se junta a outras entidades de fomento ao empreendedorismo e ao desenvolvimento, como a ADESM, o Tecnoparque, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Município e a Associação dos Jovens Empreendedores de Santa Maria, conforme colocações do seu representante:

[...] se a UFSM quer ser uma universidade cada vez mais entre as líderes nacionais de formação, e ser uma universidade qualificada pra isso, ela precisa entrar de forma muito agressiva no fomentar o empreendedorismo. Ela tem que ser muito forte mesmo porque ela está atrasada em relação às universidades que dominam os rankings... seja o ranking que for, na área de educação e inovação do empreendedorismo. (representante da AGITTEC, 2018)

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) também está entre as entidades ativas e voltadas ao desenvolvimento. O foco do Corede é o desenvolvimento regional, e a entidade tem função de promover a articulação entre municípios, órgãos estaduais e federais e entidades interessadas em desenvolver projetos na área de empreendedorismo. Nas assembleias, participam políticos, técnicos, reitores, conselheiros, diretoria, pessoas da comunidade, etc. A parte do empreendedorismo atua ligada à AGITTEC, ao Parque Tecnológico e à Universidade. Na cidade, entende-se que a cultura do empreendedorismo precisa ser fomentada, em detrimento da cultura dos concursos públicos:

Hoje, o que a gente sente nas diversas universidades que tem aqui em Santa Maria, é que as pessoas, os próprios professores, direcionam os alunos mais preparados pra fazer concurso

público e não pra empreender. E acho que aí é um erro muito grande da região, e acho que as universidades também estão errando, estão pecando nisso, porque se nós não formarmos empreendedores, de onde é que vai gerar riqueza e renda e desenvolvimento na região? Concurso público é importante, mas não é o que vai gerar riqueza... Precisamos, eu acho, essa visão mais empreendedora dentro dos cursos superiores que tá faltando muito aí em Santa Maria. (representante do Corede, 2018).

O Comitê de Empreendedorismo é um dos principais espaços destinados a constituir uma rede de pessoas e de entidades voltadas a construir caminhos para o desenvolvimento da região. São funções do Comitê pensar em formas de desenvolvimento sustentável, que seja capaz de gerar empregos e proporcionar formação, junto com a escola, através de palestras, de intercambistas internacionais (da AIESEC, por exemplo)³, etc. A Lei do Empreendedorismo e Inovação – comum em municípios de interior – é um dos resultados da atuação do Comitê:

[...] O Comitê é constituído de entidades e pessoas. Exemplo de entidades: CACISM, Prefeitura, UNIFRA, CDL, associação de bairros, Agência de Desenvolvimento, Irmã Lourdes, associação ambiental, empresários juniores. Faz trabalho de formiguinha. O Santa Maria que Queremos é projeto do Comitê... o Comitê não tinha mais fôlego pra atender todas as demandas, então se criou a Agência de Desenvolvimento (ADESM). (representante do Comitê de empreendedorismo, 2018)

O Tecnoparque é outro espaço que resulta do empenho de vários agentes na promoção da inovação e do empreendedorismo na cidade. Há convênio do Parque com a prefeitura, no sentido de permitir um ambiente compartilhado para as empresas. Diferentemente de outras cidades, o Tecnoparque é

fora do ambiente acadêmico:

[...] ‘ah, é distante’ é, do ponto de vista de Santa Maria hoje, é. Do ponto de vista da Santa Maria que nós queremos daqui a 10, 15 anos, não mais... meia dúzia de quilômetros. Em grande senso, esse não é um problema. Então lá tem uma das melhores infraestruturas, tem a parte física, tem a principal matéria prima, qualificada, tem todo o ambiente pra ser um grande parque tecnológico. (representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Santa Maria, 2018)

Apesar de muitos aspectos a aprimorar – comunicação, transporte, restaurantes, atração de empresas –, aposta-se na viabilidade do projeto. O Corede também acredita no Parque como uma alternativa de desenvolvimento para a região.

A empresa de um dos interlocutores já fez parte do Tecnoparque e do CentroSoftware, motivo pelo qual afirma:

[...]. No início as empresas tinham a ideia de trabalhar mais juntas, mas, depois, ficou cada um por si. Inicialmente tinha esperança em razão do que vê nos parques em outros locais, mas assim, sinceramente, o Tecnoparque pra mim é... um elefante branco hoje... Virou muita política. (empreendedor M.A., 2018)

Adicionalmente, o empreendedor pontua a necessidade de apoio da prefeitura e do governo do estado, mas lamenta que tudo fique muito parado quando entra a política, razão pela qual tem se afastado e defendido que o Parque seja gerenciado por empresas. As empresas têm expectativas de retorno mais imediato e acabam se afastando: “quem tá há mais tempo já tá ‘poxa vida, já tentei, não deu certo e tal’. Sempre bom ter alguém com gás novo” (empreendedor M.A., 2018).

3 Organização internacional criada em 1948 e voltada ao desenvolvimento de lideranças jovens.

Outro empreendedor, cuja empresa já foi sócia do Parque, refere as dificuldades na questão da localização, haja vista a distância das universidades e dos locais de moradia dos trabalhadores, além da dificuldade no uso de transporte coletivo e a ausência de restaurantes no local (empreendedor F.A., 2018). De modo geral, apesar dos problemas e dos desafios, entende-se que o Parque é importante na formação de empreendedores na cidade.

Sobre a localização, ele foi instalado naquela localidade, justamente para incluir uma parte da cidade, em que a população é mais carente de empregos e de qualificação “pra ver se levava um pouco de desenvolvimento na marra para aquele lado” (gestor L.I., 2018). Para um dos fundadores do Tecnoparque, Santa Maria ainda não se apropriou desse espaço, logo o Parque tem tido dificuldades para concentrar trabalhadores e recursos. Mas esse tipo de iniciativa demora para se consolidar: “é muito trabalhoso e não dá resultado fácil... trabalho de formiguinha, muita gente desiste porque realmente é muito pesado tu quebrar paradigmas” (representante do Comitê de Empreendedorismo, 2018).

Outra entidade que compõe este grupo de fomento ao empreendedorismo na cidade, é o Núcleo de Empresas Juniores de Santa Maria (NEJSM), que apoia e que dá suporte (capacitação, treinamento) para Empresas Juniores (EJ). O Núcleo faz parte do Movimento Empresa Júnior e acompanha os editais, obtém bolsas, ônibus para viagens, realiza eventos, etc., dentro do objetivo de estimular a liderança junto aos jovens.

Os diferentes espaços institucionais que se constituíram para fomentar o empreendedorismo na cidade – Comitê de Empreendedorismo, ADESM, COREDE, Tecnoparque, Secretaria de Desenvolvimento,

CentroSoftware, AGITTEC, NEJSM, entre outros –, têm uma visão relativamente semelhante acerca do caminho para o desenvolvimento: promover a iniciativa empreendedora nas universidades, na cidade e na região. Para todos os representantes dessas instituições, trata-se de construir medidas concretas, em termos de políticas públicas, de reduções tributárias, de acesso a recursos, mas, igualmente, de alterar a cultura e a mentalidade locais, que se associam à ausência de uma visão empreendedora, motivo pelo qual a cidade não se desenvolve no sentido e no ritmo desejados. Nesse ponto, a ideia de inovação (SCHUMPETER, 1982) sintetiza as expectativas de futuro e agrega diferentes atores, em torno de um projeto que faz do empreendedorismo a linha mestra; a “profecia” que se espera ver em movimento (BOURDIEU, 1990).

No campo das tensões locais e nas disputas pelos espaços e pelo poder de compreender e de classificar, o mundo encontra uma naturalização – uma *doxa* (BOURDIEU, 1990) – do empreendedorismo em alguns espaços institucionais. Santa Maria recebe a maior feira de economia solidária da América Latina – a Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP). Quais propostas os sujeitos envolvidos com esta iniciativa têm para a cidade? Trata-se do mesmo horizonte proposto pelo empreendedorismo ou encerra outro princípio de economia? Para que os distintos pontos de vista se façam presentes de modo democrático, não seria importante que a pluralidade dos atores locais e suas diferentes visões de mundo, pudessem efetivamente participar e decidir acerca dos rumos do território onde vivem?

O fato de diferenças como estas não entrem efetivamente em pauta seria uma das principais formas de expressão do poder simbólico, ao qual Bourdieu (1990) se refere,

qual seja: uma força capaz de traduzir o mundo nos seus próprios termos, produzindo unanimidades e secundarizando as distinções relevantes. A luta classificatória, em torno do tema do desenvolvimento, é, para Bosi (2010), um campo privilegiado para compreender o poder dos grupos em definir os rumos do social, a partir das disputas entre estratégias, princípios e ações, capazes de produzir desenvolvimento econômico, bem-estar coletivo e justiça social, que se traduzem em visões de mundo e em projetos para a vida social.

Na cidade de Santa Maria, a construção de um polo de TI é compreendida como um dos caminhos mais promissores para o desenvolvimento, tanto em razão da capacidade de desenvolvimento tecnológico quanto em relação à cultura empreendedora.

Nesse sentido, os empresários e as entidades do setor tratam o segmento da TI como um caminho a ser desenvolvido, objetivando ultrapassar a lógica exclusiva dos serviços⁴ e fixar as pessoas na cidade. Para os entrevistados, para que a cidade deixe de ser uma “exportadora de cérebros” (referência ao fato de Santa Maria formar profissionais, que não ficam na cidade), cobra-se, das instituições de ensino, maiores proximidade e adaptação ao mercado – permitindo desenvolver comunicabilidade, proatividade, capacidade para a liderança e para o trabalho em equipe –, além dos estágios, uma vez que, afirma-se, não se entra em uma empresa somente para aprender, pois tal já demanda uma “bagagem” (seja na empresa da família, seja em uma empresa Junior, seja pela AIESEC): “[...] pra te gerar valor pra essa organização, e em contrapartida a organização vai te

abrir um leque” (empreendedor V.I., 2018). Entende-se que se fazem necessárias mais ações de empreendedorismo e geração de mais oportunidades, para que a cidade deixe de ser um lugar de passagem: “É vista como uma passagem: tu vem, tu faz teu curso, tu vai embora” (gestor L.I., 2018).

As concepções de empreendedorismo, que permeiam o universo empresarial e as entidades contatadas, nesta pesquisa, referem-se a uma percepção ampliada. Ou seja, na maioria das vezes, não se trata apenas da abertura de um negócio; bem mais que isso, diz respeito à inovação, à criatividade e a uma cultura geral, voltada para à proatividade, que pode ser constitutiva de todos, em sentido semelhante ao que Dardot e Laval (2016) atribuem às perspectivas neoschumpeteriana e dos economistas austro-americanos.

No sentido dessa visão ampliada, destaca-se o enfoque do Núcleo de Empresas Juniores de Santa Maria, cuja interlocutora afirma que Santa Maria tem um perfil mais de empresários do que de empreendedores – mais centrados nos lucros e, pouco, no desenvolvimento dos empregados:

No Movimento, a gente acredita que estimulando essa forma de empreendedorismo, que não é aquilo que também as pessoas sempre julgam muito, achando que a gente quer, aí, lucrar, lucrar... Não é isso, sabe?... A gente trabalha voluntariamente, o valor é totalmente revertido na própria EJ. (representante da NEJSM, 2018)

Sobre o empreendedorismo nesta concepção ampliada e voltada à ideia de uma pedagogia, um modo de ser e de pensar (DARDOT; LAVAL, 2016), destaca-se:

O empreender pra mim é muito mais que

4 A cidade de Santa Maria se destaca pela forte presença do funcionalismo público e das instituições militares e educacionais.

empreender uma empresa. O empreender é empreender na vida... empreender não pode ser focado só em negócio... Ser o melhor possível naquilo que faz... como é que se chega ao desenvolvimento? É financiamento, atitude empreendedora e marco regulatório. Atitude empreendedora se não tem, se constrói. A história de 'nasci empreendedor' melhor, facilita, mas tu pode construir a partir do momento que tu sabe quais são as características do empreendedor. (representante da Secretaria de Desenvolvimento de Santa Maria, 2018)

Nas universidades, existem disciplinas com foco pedagógico na formação de valores e de atitudes (DOLABELA, 1999), ensinando as características para se tornar empreendedor, o que não é apenas abrir um negócio e ter lucro:

[...] então quer dizer, é possível através da ciência se tornar empreendedor, sim! E nós estamos buscando isso... a gente quer que Santa Maria tenha além da sua identidade acadêmica, identidade empreendedora, que começa lá na infância, quando a criança começa a entender que ela tem que ser empreendedora na vida, empreendedora na sua escola, pra depois ir aumentando o nível de empreendedorismo. Mas sem dúvida, o que faz uma cidade se desenvolver é essa vontade de empreender. (representante da Secretaria de Desenvolvimento de Santa Maria, 2018)

O empreendedorismo é concebido como forma de superar a “subordinação” do emprego (DOLABELA, 1999), quer dizer, “[...] ser sempre subalterno a alguém e nunca ser o comandante da sua vida e gerador de riqueza” (representante da AGITTEC, 2018). Para isto, vê-se, como importante, o contato do estudante com o mercado e o estreitamento da relação universidade-empresa.

É um dos caminhos pro nosso país sair dessa dependência tecnológica... eu acho que esse é o caminho pra que a gente tenha a liberdade tecnológica e com isso possa não ser mais escravizado tecnologicamente, mas possa ser

um elemento chave no contexto de tecnologia. (representante da AGITTEC, 2018)

Sobre a associação entre empreender e não ser subordinado, como expressão simbólica da expectativa de universalização de um modelo de conduta (BOURDIEU, 1990), um dos interlocutores afirma:

[...] preferi empreender porque eu queria basicamente ser dono do meu destino. Eu queria, eu mesmo, ... ter os louros do meu próprio desempenho. Eu não queria depender de ninguém, eu queria depender só de mim. A forma mais fácil que eu tinha pra fazer era empreendendo. Não que seja fácil. É bem difícil, bem difícil. Mas é a única forma de conseguir atingir os meus sonhos. Hoje é dessa forma. (empreendedor L.E., 2017)

E indica que faz parte da sua realização pessoal a busca por “[...] autonomia, independência... vontade de crescer. Empregar pessoas é muito legal, adoro gerar emprego, é muito bom... Mudar a vida das outras pessoas é muito legal também” (empreendedor L.E., 2017), cujos retornos incluem ajudar outras pessoas a crescer e a ter uma oportunidade:

[...] não dou bola pro financeiro, não é o que me move. O que me move é ter uma empresa massa, legal, que as pessoas gostem de trabalhar, que meus clientes me enxerguem como uma empresa que faz diferença na vida deles... eu não sou movido a grana, assim. Minha vida é muito simples, muito simples. Eu gosto, claro que eu gosto de me vestir bem, comer bem, viajar e tal, mas ...Tendo o reconhecimento dos meus clientes e funcionários, pra mim, tá de bom tamanho. Mas claro, quero aumentar de tamanho, de volume. (empreendedor L.E., 2017)

Um dos interlocutores afirma que a empresa se afina com as causas do Grupo Farroupilha, de orientação liberal, e que procura se distanciar daquilo que diz respeito ao governo:

[...] eu procuro não participar dessas coisas

que tem a ver com governo. Quero que fique bem, eu gosto de enfatizar bastante, a gente não gosta de participar de licitação, coisas do governo... dinheiro pago como aposta de contribuinte, a gente não aceita. Meio contra a nossa ética, as nossas práticas. Então a gente não “ah, tem que fazer o site de uma prefeitura” não. Cara, contrata outro, eu não vou fazer. Eu pego e já foi, já vieram várias propostas de fazer projetos e marketing pra instituições públicas e eu sou meio contra, assim... Quer fazer com outro, faz. Não tem problema. Mas contra minha pessoa, não sou chegado nisso. (empreendedor L.E., 2017)

Apesar dessa visão de distanciamento do governo, outros empreendedores se referem mais a uma ideia de orquestração destacando a importância das políticas públicas de fomento, e lançam mão da linguagem do “desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2001) e do papel do empreendedor e do “intraempreendedor” (FILION, 2004):

[...] uma coisa que a gente acredita, assim, é que gerar essas oportunidades de negócio e também gerar oportunidade de desenvolvimento pras pessoas como empreendedores, né? Sejam eles intraempreendedores ou empreendedores com as suas operações localmente. (gestor R.O., 2018)

Também, tem-se a noção de que empreendedorismo não é ser necessariamente um empresário, mas se coloca como uma virtude, como um certo “espírito” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Ou seja, não é apenas ter uma ideia de negócios e montar uma empresa:

Pra mim e pra gente, trabalha muito mais com a noção de empreendedorismo em torno de tu ter liberdade nas decisões da tua vida... O empreendedorismo, ele é muito mais essa questão de tu ter atitude da tua vida... Tu pode empreender em diversas áreas... Acho que é intraempreendedorismo... pessoas não caírem nessa cilada de achar que empreendedorismo é só empresário... Que todo mundo tem que virar empresário, só que não, tu pode

tá confortável na tua situação, aonde tu tá, e ainda assim tu pode empreender... Porque é uma atitude, na verdade, é a tua atitude, de tu tá fazendo algo que tu gosta, que tu quer. (gestor L.I., 2018)

Sobre a ação empreendedora e sobre o papel do empreendedor, afirma-se:

[...] somos nós que geramos toda a economia, né? ... quem move tudo são os empresários, não adianta... a gente deveria receber um prêmio por arriscar nossas cabeças todos os dias... hoje, a principal barreira do empreendedorismo é o governo. A principal de todas. Talvez seja a única. que acaba arcando 30, 40% de tudo que a gente produz fica pro governo... se diminuir o imposto aqui, as empresas seriam mais competitivas. (empreendedor L.E., 2017)

Com frequência, os empreendedores associam o empreendedorismo à abertura de empresas, mas compreendem que, para fazê-lo de modo empreendedor – no sentido Schumpeteriano (1982) –, há características específicas: protagonismo; criação de produtos e de serviços inovadores; resolução de problemas; geração de oportunidades; superação de adversidades; promoção da diferença; dispensa da acomodação; entre outras: “[...] e não é só o dinheiro que importa no final das contas e sim a realização, né?” (empreendedor N. A., 2018).

Empreendedorismo é aquele que empreende, aquele que tem uma atitude, aquele que gosta, que vai e que não tem medo de errar, que não tem medo de cair... empreendedor é esse cara que a gente tem que botar no dia a dia dessas crianças, dessas pessoas, que é possível fazer a diferença, depende muito da gente. Claro que não é fácil... o empreendedor é aquele que pensa, que enxerga, que visualiza... é cair e saber levantar. (representante do Comitê de Empreendedorismo, 2018).

A construção desse sentimento entre os jovens – via pedagogia empreendedora

(DOLABELA, 2004) – é considerada fundamental, como ocorre nas *startups*: “Eu falo muito nos jovens, porque é lá na formação dos jovens que se forma essas características, né? Depois é bem mais fácil” (representante do Comitê de Empreendedorismo, 2018).

Os entrevistados são unânimes quanto à visão do empreendedor como ator central na produção da riqueza e na resolução dos problemas sociais. Por mais que a visão esteja ampliada para “empreender na vida”, ela não se distancia por completo da forma empresarial em que os empreendedores são principalmente aqueles que abrem negócios, mas não simplesmente isso, pois um empresário não guarda características empreendedoras em si (SCHUMPETER, 1982). O que vai definir o empreendedor serão as características de líder que ele incorpora, que representam a materialidade das virtudes das organizações contemporâneas: abertas, democráticas, não burocráticas, e facilitadoras da liberdade e da expressão das individualidades. Trata-se de um modelo que corresponde ao novo espírito do capitalismo contemporâneo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) e que rompe com os modelos tradicionais de negócios e de empresas, nos sentidos de incorporar as críticas às empresas tradicionais e de desenvolver uma organização construída por empreendedores para empreendedores – neste caso, de intraempreendedores (FILION, 2004), que atuam nas organizações e que têm oportunidade de inovar e de criar. Se tal não ocorre, o idealmente previsto é que os trabalhadores – descritos como espécie de executivos – saiam e busquem espaços em outros pontos da rede, em que possam aprender, exercer suas habilidades e ampliar seu próprio portfólio (sua empregabilidade). Todas estas dimensões se combinam para compor a visão e o projeto, que empresários e instituições têm construído nesse território em questão. O que se

passa nas disputas em torno de um território expressa o que ocorre na sociedade como um todo, dos pontos de vista das disparidades de poder e da capacidade de fazer valer uma representação/versão da realidade.

O empreendedorismo, como projeto para o social, tem se tornado hegemônico, imbricado nas instituições políticas, econômicas, culturais e educacionais, mas ser dominante não significa ser único, posto que os objetos do mundo social comportam parcelas de indeterminação, de fluidez, de elasticidade, de incerteza, que fornecem bases para pluralidade de visões de mundo (BOURDIEU, 1990). Todavia, a preeminência indica que, no campo de força das ideias e das posições sociais, produziu-se um estado de *doxa* (BOURDIEU, 1990), que faz com que se aceite determinado sistema avaliativo, classificatório e de ações como evidente. Assim, no terreno das lutas simbólicas, essa naturalização se torna crucial para a perpetuação e para a legitimidade das categorias e dos valores dominantes, uma vez que os agentes frequentemente possuem graus de influência discrepantes e estão munidos de recursos materiais, políticos e simbólicos muito desiguais.

Considerações finais

Para a Sociologia, torna-se fundamental compreender o papel do empreendedorismo na vida social, de modo a tensionar a ideia deste como ponto neutro e unânime. Para tanto, é importante deslocar o debate do âmbito da empresa para o da política.

O campo da TI é o espaço do mundo do trabalho, cujo terreno é mais fértil para as ideias empreendedoras. A maior parte das empresas de TI não foram reestruturadas, como tantas outras, pois elas já nasceram flexíveis, logo são portadoras das novas

modalidades de gestão e da gramática do empreendedorismo, além de serem especialmente permeáveis às concepções de flexibilidade. Igualmente, essas empresas se beneficiam da atmosfera institucional, que tem sido criada para promover negócios que lidam com as áreas da inovação e da tecnologia.

Na construção do empreendedorismo como modelo de ação, observam-se carências em termos de crítica e de inventividade antissistêmicas. Nos últimos anos, o empreendedorismo saiu da esfera privada e atingiu instâncias pública e de gestão pública institucional. Nesses espaços, entende-se a importância de políticas públicas para promover a livre iniciativa e a solução de problemas sociais pela via privada, colocando o Estado como mero financiador. Faz-se presente a ideia de “bem comum” como dimensão coletiva da justificação, enquanto a justiça social é associada às ideias de crescimento e de desenvolvimento. É preciso provocar a análise dos ambientes político e econômico, que fortalecem os valores neoliberais, quer dizer, compreender todo o ecossistema no qual os valores liberais se institucionalizam. A linguagem, a palavra, uns a tem e outros não, ou a tem menos, e isto impacta no poder de classificar o mundo, espaço privilegiado de manifestação do poder simbólico.

A partir do cenário do empreendedorismo em Santa Maria (RS), o presente estudo discutiu a convergência entre empreendedorismo, território e desenvolvimento, fato que permitiu compreender os aspectos do perfil dos empreendedores e das empresas de TI, as dinâmicas organizacionais e de gestão e os valores e as ações empresariais relacionados ao empreendedorismo. A partir das narrativas dos empreendedores, destacou-se todo o repertório que envolve a lógica de gerenciamento por projeto e o espírito de empresa

na atualidade. No que diz respeito à relação com o Estado, o estudo apresentou a forma de atuação institucional de algumas entidades de promoção do empreendedorismo, com destaque para os empreendimentos de base tecnológica. As políticas públicas, na articulação entre o estado do RS, a prefeitura de Santa Maria e a UFSM, têm desenvolvido uma série de ações para ascensão do empreendedorismo na cidade, tais como: construções do parque tecnológico, APL, agências e legislações de fomento, incubadoras, *startups*, currículos escolares, disciplinas acadêmicas, entre outras. No campo da educação, as ações ocorrem por meio de uma pedagogia empreendedora, aposta-se no engajamento da juventude. Tais ações de empresários, de gestores e de instituições representativas têm procurado criar um “ecossistema” favorável ao empreendedorismo, como caminho para o desenvolvimento da cidade e da região central do estado do Rio Grande do Sul.

O foco desta análise, com base no campo da Tecnologia da Informação, foi entender o papel do empreendedorismo, enquanto modelo de conduta, de ação pública e de ação econômica voltado ao desenvolvimento. Com a finalidade de apresentar a construção da força do empreendedorismo e do seu poder simbólico em definir visões e projetos para a sociedade, o texto teve, como questão de fundo, uma indagação que se refere à imaginação social, no sentido de questionar os limites e as possibilidades de construção de uma unanimidade, em torno de uma ideia de desenvolvimento, bem como sobre as implicações desta construção para a democracia, na medida em que se vê reduzida na capacidade de incluir diferenças que sejam divergentes quanto ao protótipo de estratégias de desenvolvimento econômico e social para a cidade e para a região.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. *In*: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (org). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Unesp; Edusp, 2001, p.165-177.
- AIESEC. **O que é a AIESEC?** Disponível em: <https://aiesec.org.br/a-aiesec/>. Acesso em: 01/03/2018.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 149-168.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CANTILLON, R. *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*. Curitiba: Segesta, 2002.
- COSTA, R. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016a.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *O olho da História*, Salvador, n. 22, p. 1-15, abr. 2016b.
- DOLABELA, F. Pedagogia empreendedora. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abr./jun. 2004.
- DOLABELA, F. *O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- FILION, L. Entendendo os intraempreendedores como visionistas. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 65-80, abr./jun. 2004.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*. São Paulo: Vide Editorial, 2013.
- LEITE, M. Prefácio. *In*: BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p.7-9.
- LIMA, J. Participação, empreendedorismo e auto-gestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set./dez. 2010.
- LIMA, J.; BRIDI, M. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Caderno CrH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-341, maio/ago. 2019.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MÍGUEZ, P. O trabalho e as novas tecnologias: uma abordagem do trabalho informático segundo as teses do capitalismo cognitivo. *In*: BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 41-60.
- RAMALHO, J. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 491-524, 2005.
- RODRIGUES, M.; MOTIM, B. Trabalho, autonomia e identidade entre os desenvolvedores de software: uma análise sobre a 'natureza' e as condições de trabalho em TI. *In*: BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p.143-172.
- SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. *In*: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Unesp; Edusp, 2001.
- SAY, J. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RESUMO

O presente artigo busca compreender de que modo as posições de empresas e de instituições se orquestram, no âmbito de um território, buscando analisar a força dos agentes na definição de um determinado modelo de desenvolvimento para cidades e para regiões. Esse modelo tem sido associado à promoção de ações empreendedoras, sobretudo no caso do campo da Tecnologia da Informação, em virtude de o segmento ser mais permeável aos valores do empreendedorismo, tanto em razão do perfil dos empreendedores, associados ao risco e à inovação, quanto do próprio campo da TI, que surge num universo de capitalismo conexonista e flexível. Com base em entrevistas, questionários e fontes documentais, a pesquisa, realizada na cidade de Santa Maria (RS), apresentou as posições e a dinâmica das forças dos diferentes atores empresariais e institucionais nas definições de modelos de ação econômica e de projeto social, associados ao empreendedorismo. O estudo apontou que empresas, instituições e espaços de políticas públicas têm atuado ativamente, em termos práticos e valorativos, na promoção de um “ecossistema” empreendedor na cidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Lutas simbólicas. Desenvolvimento. Empreendedorismo. Território. Tecnologia da Informação.

ABSTRACT

The article is about how the positions of companies and institutions orchestrate within the territorial scope. It analyzes the agents' strength in the definition of a development model for cities and regions. Such a model has been associated with the entrepreneurial actions' promotion, especially in the information technology field, as the segment is more permeable to the entrepreneurship values. Regards the entrepreneurs' profile, which is associated with risk and innovation, and the IT area that appears in a universe of connectionist and flexible capitalism. Based on interviews, questionnaires and documentary source carried out in Santa Maria (RS-State), presented the positions and dynamics of the forces of the different business and institutional actors by defining models of economic activity and social projects associated with entrepreneurship. The study pointed out that companies, institutions and public policy spaces have been actively acting, in practical and value terms, to promote an entrepreneurial “ecosystem” in the city.

KEYWORDS:

Symbolic struggles. Development. Entrepreneurship. Territory. Information Technology.

Recebido em: 05/07/2023

Aprovado em: 19/08/2023